

## AS ÁRVORES E O DESENVOLVIMENTO

Moisés da Luz

### RESUMO

Com base em fatos da realidade, em especial o corte de árvores em um espaço público da cidade de Porto Alegre, RS, discute-se a contraposição de duas lógicas de desenvolvimento na sociedade brasileira: o Crescimento Econômico e o Desenvolvimento Sustentável. Os fatos ilustram o quanto o Brasil está longe de alcançar o Desenvolvimento Sustentável, analisando-se à luz das dimensões da sustentabilidade de Ignacy Sachs, das quais pode-se verificar entraves fundamentais à ação e reivindicação de cidadãos e entidades, cujos propósitos vão contra a lógica dominante do desenvolvimento no Brasil, em que prevalece a dimensão econômica. Finalmente, percebe-se que para mudar esse panorama, o Brasil precisa de mudanças estruturais na organicidade e funcionalidade de seu(s) sistema(s) institucional (is), em especial o político e o educacional. Pois sem mudar a estrutura que engessa as mudanças, será difícil haver transformações na sociedade. Além disso, a formação educacional e cidadã é a base para as pessoas terem uma concepção de totalidade e complexidade em relação à sociedade e à vida no planeta Terra, de forma a interpretarem a sociedade onde vivem sob todas as dimensões da sustentabilidade, e não apenas sob o ponto de vista de uma dimensão ou disciplina teórica. Portanto, para se viver com qualidade de vida é necessário haver o equilíbrio entre as dimensões da sustentabilidade, e ver que o ser humano é parte biológica da vida deste planeta, interagindo com ele e em interdependência com outras espécies. A atual realidade representa um enorme desafio para implementar o desenvolvimento sustentável e felizmente existem iniciativas que carregam este ideal, representando uma resistência ao modelo dominante do desenvolvimento e uma alternativa ao desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: desenvolvimento, ecologia, meio ambiente, sustentabilidade, educação.

### THE TREES AND THE DEVELOPMENT

### ABSTRACT

Based on the facts of reality, especially the cutting of trees in a public space of the city of Porto Alegre, RS, it is discussed the opposition of two logics of development in Brazilian society: Economic Growth and Sustainable Development. The facts illustrate how Brazil is far from achieving sustainable development by analyzing it in light of the sustainability dimensions of Ignacy Sachs, in which can be verified fundamental barriers to action and claims of citizens and organizations whose aims are against dominant logic of development in Brazil, where the economic dimension prevails. Finally, it is clear that to change this scenario, Brazil needs structural changes in organicity and functionality of its institutional system, in particular the political and the educational ones. For without changing the structure which paralyzes the changes it will be difficult to have changes in the society. Furthermore, the educational and citizen formation is the base for people to have a conception of totality and complexity in relation to society and to life on Earth, so as to interpret the society they live in under all dimensions of sustainability, and not just under the point of view of a dimension or theoretical discipline. Therefore, to live with quality of life there must be a balance between the dimensions of sustainability, and to see that the human being is part of the biological life on this planet, interacting with it and in interdependence with other species. The current reality represents a huge challenge to implement sustainable development and luckily there are initiatives that carry this ideal, representing a resistance to the dominant model of development and an alternative to sustainable development.

Keywords: development, ecology, environment, sustainability, education.

## INTRODUÇÃO

Apesar do histórico político ambiental conquistado ao longo de quase três décadas, no Brasil ainda se vive longe do tão sonhado desenvolvimento sustentável. Em geral nas cidades o modo de vida das pessoas é tendenciado e motivado para uma lógica consumista e materialista. Essa mesma lógica chegou na zona rural, que se modernizou e resultou em uma agricultura especializada, de monocultivos e tecnicista (BRUM, 1988; DELGADO, 2011), em que parcelas de agricultores adquiriram um padrão de vida com as comodidades da vida urbana moderna. Esse padrão de vida é importado, do urbano para o rural, e dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento e países “pobres”.

Como fatos atuais desse panorama, vê-se no Brasil uma postura governamental e política que incentiva esse padrão de vida, pelo maior acesso ao consumo ou poder de compra, uma das medidas é a isenção de impostos sobre a produção e a comercialização, por exemplo, a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Aliado a isso, o governo segue uma lógica de desenvolvimento que financia grandes obras, como as executadas pelos programas do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), entre as quais, as hidrelétricas, duplicação de rodovias, ampliação de portos e aeroportos, construção de estádios de futebol para a Copa do Mundo de 2014, viadutos e pontes.

Como um exemplo emblemático desse panorama, em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, que por mais de duas décadas no âmbito ambiental sempre foi conhecida como umas das capitais do Brasil, que mais tem árvores por habitante, aconteceram fatos que mancharam essa história, que incrível que pareça, foi executada por governantes que não foram coerentes com essa característica da cidade. Por força e em nome da Copa do Mundo de 2014, o governo municipal, inclusive, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, justificaram a derrubada de árvores próxima a um dos mais belos cartões postais da cidade, o centro cultural Usina do Gasômetro. Árvores que estavam estabelecidas há décadas tiveram que ceder espaço a um projeto de duplicação de uma avenida e à remodelação dessa zona, mesmo havendo contrariedade da população, que ali protestou, montou acampamento e inclusive, subiu nas árvores para evitar o abate. Outro agravante dessa história, é que o poder público

não consultou a opinião dos moradores, ONGs ambientalistas (que ajudaram Porto Alegre a ter o título de uma das capitais com mais árvores por habitante), e o próprio Movimento Viva Gasômetro, uma vez que nessa zona da cidade já estava previsto a implementação do Parque Corredor do Gasômetro (SANCHOTENE, 2013). O corte das árvores aconteceu no dia 29 de maio de 2013, mas há algumas semanas diversas pessoas estavam protestando e acamparam no local, para evitar o corte, que aconteceu mesmo diante de um contexto de datas com significado ambiental (22 de maio - dia da biodiversidade, e 05 de junho - dia mundial do meio ambiente) (COSTA, 2013).

Porto Alegre tem uma história de luta ambiental pioneira no Brasil, de quase três décadas, que culminou na criação de ONGs ambientalistas, unidades de conservação ambiental, e de redes e entidades que trabalham com agroecologia. A Feira de Agricultores Ecologistas, localizada na rua José Bonifácio, todos os sábados, existe há 24 anos (SCHULTZ, 2009).

Desta forma, como explicar os fatos ocorridos em Porto Alegre, diante dos acordos que o Brasil vêm fazendo com outros países diante das Conferências de Meio Ambiente da ONU, como a Rio-92 e a Rio +20? Como explicar esses fatos diante de décadas de história ambiental e reivindicações da sociedade, para implementar a Agenda 21, de respeitar os espaços públicos e a natureza, preservando-os. Como explicar esses fatos diante do aquecimento global e a importância do sequestro de carbono, em que as árvores têm papel crucial?

## **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

No relatório Brundtland (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991) se apresentou a noção de que o desenvolvimento sustentável é a capacidade das atuais gerações de garantirem os recursos para as gerações futuras, indicando a responsabilidade que isso representa para as gerações atuais. No mesmo relatório e na Agenda 21, que resultou a partir da Conferência sobre Meio ambiente no Rio de Janeiro em 1992 (Rio-92), essa noção traz pelo menos três dimensões: “um mundo ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo”. Essa frase repercutiu no mundo uma vez que mostra uma necessidade e um pensamento revolucionário, diante de uma lógica de crescimento econômico, que domina o mundo.

De acordo com Sachs (2002), o desenvolvimento sustentável possui oito dimensões, que são a política nacional, política internacional, a econômica, a ecológica, a ambiental, a territorial, a social e a cultural. Essas dimensões buscam dar conta da complexidade que é o desenvolvimento sustentável, onde uma dimensão não deve se prevalecer às outras, ao contrário todas as dimensões se complementam e fazem o todo. Em nossa sociedade, ainda se impera no Brasil a predominância da dimensão econômica, a qual é implementada por forças políticas, conforme o poder e a influência de grupos econômicos sobre as esferas políticas. Diante dessas dimensões pode-se analisar onde estão os entraves, que impedem mudanças estruturais na sociedade, para se alavancar o desenvolvimento sustentável.

## **POLÍTICO x ECONÔMICO**

Vive-se uma crise política da representação democrática dos cidadãos, em que são eleitos parlamentares e governantes a cada quatro anos. Além disso, os partidos políticos estão deslegitimados diante da população, visto que está sendo difícil identificar nos partidos quais são as suas ideologias ou se os partidos ainda seguem as mesmas ideologias originais, haja vista a série de coligações partidárias, que ferem princípios ideológicos e resultam em negociação de cargos e de postura diante de votações de projetos.

Outro fator tão ou mais importante, que se relaciona diretamente com o resultado das votações de projetos no parlamento e conseqüentemente o conteúdo das leis e aplicação de investimentos por políticas públicas, é o financiamento dos candidatos durante as campanhas eleitorais. Esse financiamento é realizado em grande parte através de empresas privadas, grupos financeiros e empresas multinacionais. Então, depois que determinados candidatos se elegem com o auxílio desses patrocinadores, eles inevitavelmente se comprometem em atuar favoravelmente a essas empresas, seja na apresentação de projetos, seja durante a votação de leis que possam beneficiar esses grupos. Como o financiamento das campanhas é realizado substancialmente por empresas, o viés econômico do desenvolvimento já está implícito na atuação política dos parlamentares e governantes.

Assim, tem-se a crise de representação política, a qual dificilmente representa os grupos minoritários ou os grupos da sociedade que não detém poder econômico, como

as comunidades indígenas, quilombolas, agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades de periferias urbanas, determinados grupos profissionais, entre os quais os professores de escolas públicas, ambientalistas, estudantes, trabalhadores assalariados, entre outros.

Neste aspecto, relacionando com os protestos ocorridos contra o corte das árvores em Porto Alegre, determinados grupos da sociedade estavam lá manifestando sua contrariedade, entre os quais, estudantes, professores, moradores do bairro, ambientalistas, etc. E quais e quantos parlamentares e políticos estavam apoiando esses grupos nesta causa que confronta a lógica dominante do desenvolvimento para a cidade de Porto Alegre?

Percebe-se a qual lógica de desenvolvimento e de favorecimento está a maioria dos parlamentares e governantes, ou seja, os grupos que concentram o poder econômico têm grande representatividade política, e com isto, movem suas engrenagens para implementar seus projetos, em que o viés econômico é preponderante.

Portanto, a crise política mostra que se vive uma falsa democracia, em que os cidadãos apenas são consultados a cada quatro anos, elegendo representantes em número desproporcional aos grupos sociais do Brasil.

## **AMBIENTAL E ECOLÓGICO X ECONÔMICO**

Na lógica do crescimento econômico, diferente do desenvolvimento sustentável, o capitalismo se apropria do discurso ecológico, colocando-o como uma fachada do capitalismo, um “capitalismo verde”, seguindo a mesma lógica de obtenção do lucro. As indústrias, mesmo com a obtenção de títulos ambientais, de um marketing ecológico, e mesmo com a redução da poluição, adaptando-se a exigências governamentais, como a redução da emissão de gás carbônico na atmosfera, podem se contradizer na questão da geração de resíduos sólidos e sua responsabilidade quanto ao descarte de resíduos pela população, os quais devem ser reciclados. Outro aspecto é a exploração das matérias-primas que a indústria utiliza, que também precisam ter ordenamentos ambientais.

Quanto à obtenção de matéria-prima e energia, pouco se fala na cadeia energética que alimenta as indústrias, então uma empresa de produção de alumínio pode ser certificada ambientalmente, porém ela utiliza grande quantidade de energia elétrica, provinda de grandes empreendimentos hidrelétricos, que causam enormes impactos

ambientais e sociais (PAIM, 2006), vide o exemplo da usina hidrelétrica de Belo Monte. Então, enfatiza-se a certificação individual de cada empreendedor, porém a estrutura de produção de base e de produtos continua sendo degradadora do meio ambiente e socialmente.

Seguindo o mesmo raciocínio, o poder econômico aliado ao apoio político, defende a construção de grandes obras, como a duplicação da avenida em Porto Alegre, justificando a derrubada das árvores com o “crescimento” da cidade, com a geração temporária de empregos, com a visibilidade do país no mundo através da Copa do Mundo, e com uma visão de “modernizar” a cidade. Por trás dessas justificativas está o interesse de construtoras em investir e receber auxílios governamentais, que podem estar diretamente vinculados a determinados parlamentares e governantes da cidade, assim como, está o interesse e a visão destes últimos, quanto ao fazer política e mostrar que fizeram obras “visíveis” na cidade, difundindo seus interesses políticos.

Grande parte do povo de Porto Alegre sabe sobre a importância da existência de árvores e do conjunto de árvores e outros seres vivos para com o equilíbrio ambiental da cidade, para a salubridade de quem vive na cidade, tanto nos aspectos de lazer, físicos e psicológicos. Um ambiente saudável proporciona motivação para viver, para pensar e conviver com as outras pessoas. Torna-se um ambiente aconchegante e que motiva a interação entre as pessoas. Louv (2005) mostra que existe uma síndrome que é desenvolvida pela ausência de contato com a natureza. Essa síndrome afeta as crianças, as quais na sequência de sua vida podem sofrer consequências, como a ansiedade, a depressão e a baixa imunidade biológica.

Sabe-se que em várias cidades do Brasil, como em muitas capitais e regiões metropolitanas, por exemplo, as cidades vizinhas a Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, vê-se a malha urbana em geral desprovida de árvores, de parques, praças e áreas naturais. Nessas zonas o ambiente se torna mais insalubre, imaginem-se as pessoas caminhando pelas calçadas sob um sol escaldante, sem a sombra das árvores. Outros fatores são o afastamento ou ausência de outras espécies, entre as quais as de aves, borboletas, vespas, abelhas e muitas outras; a ausência de beleza paisagística das flores e a ausência de aromas, que fazem identificar as estações do ano e a dinâmica da natureza. Além disso, quando as cidades vão cimentando e asfaltando as suas áreas de terra, a área de infiltração de água diminui, necessitando mais redes hidráulicas para

drenar essa água, além de representar maior risco a enchentes e à poluição pelos esgotos.

O caso por exemplo da redução da alíquota de impostos, que facilitam o poder de compra de automóveis (redução do IPI) vão no sentido de contribuir com a superlotação de carros nas cidades, e cada vez mais, geram a necessidade de construir mais estradas, viadutos, túneis e pontes, para desafogar o trânsito. Por consequência, aumenta a poluição pela emissão de fumaça, mais áreas de terra são desmatadas e asfaltadas ou concretadas, e por conta disso, necessitando mais redes de escoamento de águas. Ao contrário, se houvesse medidas para reduzir impostos ou investir em sistemas de transporte coletivo, não precisaria criar uma malha viária tão complexa e não haveria congestionamentos rotineiros, além disso, diversas áreas naturais poderiam seguir o curso natural da vida, mostrando a sua beleza e oferecendo serviços ambientais essenciais, como a drenagem e filtragem de águas, lazer e aumento da qualidade de vida.

Os fatos que estão acontecendo no Brasil mostram que a dicotomia humano *versus* natureza (DIEGUES, 2000) segue acontecendo sob uma lógica de desenvolvimento que é dominante no país. Essa lógica é fruto da racionalidade da sociedade ocidental moderna, que põe o ser humano como o centro do universo, desta forma concebendo a natureza para o seu livre dispor, sob sua dominação. Tal concepção está diretamente relacionada e calcada nas religiões judaico-cristãs, que prevalecem nas sociedades ocidentais (DIEGUES, 2000; OLIVEIRA, 2002).

## **FORMAÇÃO EDUCACIONAL E CIDADÃ**

A insustentabilidade do modo de vida nas cidades está relacionada à educação que as pessoas recebem, a qual conseqüentemente pode ter relação com o comportamento cidadão, ao protagonismo em buscar acesso a diferentes informações, bem como ao ser político, aceitando ou contestando as arbitrariedades dos governos e empresas.

Atualmente, através da base que é a educação, a dimensão econômica está implícita e ela é enfatizada muitas vezes como a mais importante, à medida que pais e professores abordam a importância do estudo estando relacionada a um futuro profissional com sucesso financeiro. Neste sentido, a escola acaba seguindo a mesma

lógica, adaptando-se ao sistema econômico e incentivando-o. Aliado a esse aspecto, a educação em geral, do nível fundamental até o superior, é organizada através da divisão de áreas de conhecimento, fazendo com que as disciplinas não sejam relacionadas. Quando o estudante ingressa no ensino superior, os currículos são bem específicos de cada área do conhecimento, indo no sentido de uma formação especializada, porém sem oferecer ou incentivar uma visão de sociedade. Ganhou-se em detalhe, em especialidade, mas perdeu-se em totalidade, em complexidade (OLIVEIRA, 2002). Esta carência muitos estudantes acabam sanando por conta própria, quando participam de trabalhos de extensão universitária, voluntariado e vivências com comunidades, entre outras.

Para pensar e construir o desenvolvimento sustentável é necessário uma educação que proporcione a interdisciplinariedade entre as diferentes disciplinas de estudo, sua interação e uma educação construtivista e libertadora, que se utilize da realidade e da cultura local, permitindo que os estudantes se manifestem e sejam atores sujeitos da história (FREIRE, 1979). Também uma educação que motive a criticidade sobre todos os aspectos, como diante de padrões, de sistemas, do *status quo*, em que uma informação não seja simplesmente repassada aos estudantes sem estar claro o seu contexto, pois, sabendo o contexto, ou proporcionando buscar entender e relacionar os contextos, permite-se praticar a cidadania e formar sujeitos críticos.

A educação deve proporcionar uma formação ampla de sociedade, sem prejuízo de uma formação especializada, porque o desenvolvimento sustentável é complexo, inclui muitas dimensões, e necessita de mentes abertas ao conhecimento, à crítica e à criatividade. Por outro lado, o sistema estruturante educacional se repete em diversas estruturas da sociedade, as quais exercem um engessamento nos acontecimentos de mudança da sociedade (GIDDENS, 1984), e por causa disso, não proporciona ou limita as pessoas de buscarem soluções para construir um mundo sustentável.

Por conta disso, muitos projetos de educação ambiental não obtêm sucesso permanente, ao contrário, são efêmeros e paliativos. Por exemplo, se uma escola decide separar o seu lixo em “orgânico” e “reciclável”, e o destina para a coleta da prefeitura, e acontece de os catadores da prefeitura misturarem os dois tipos de resíduo no mesmo caminhão de coleta e o descarregam em um lixão a céu aberto. Portanto, a ação pode ser interessante para a formação dos estudantes na escola, como experiência, porém, mesmo como formação dos estudantes pode se reverter em descrédito, se eles souberem que os

dois tipos de lixo são misturados, e também mostra que o sistema continua o mesmo, insustentável, ou seja, não mudou a sua estrutura, e por causa disso, uma ação em escala menor não vai fazer nenhum efeito sobre a estrutura maior. Em outras palavras, a tão propagada frase “agir localmente, pensar globalmente” nem sempre se torna eficaz com estas ações paliativas.

## CONCLUSÃO

Os fatos recorrentes no Brasil mostram que o país segue uma lógica desenvolvimentista de crescimento econômico, priorizando o desenvolvimento com o jargão do “crescimento”, na forma de grandes obras, incentivo ao consumo de bens e produtos e gestão de acordo com as forças de mercado internacional. A dimensão econômica da sustentabilidade prepondera sobre as outras dimensões e inclusive está diretamente relacionada à dimensão política, exercendo sobre esta um domínio de poder. Por conta disso, pode-se interpretar que se vive em uma falsa democracia, pela sua limitação de acesso cidadão e por representar de forma desigual os setores da sociedade.

No Brasil, a execução do desenvolvimento sustentável está longe de ser realidade, uma vez que não considera importantes as outras dimensões da sustentabilidade, como a ecológica, a ambiental, a territorial, a cultural, a social e também a política. Essa realidade de não transformação está relacionada ao engessamento estruturante da sociedade, que dificulta a ação cidadã, e inclusive está presente nos sistemas educacionais, em que a aprendizagem é a base para a formação cidadã consciente e crítica da atual realidade. Em outras palavras, sem uma educação transformadora e construtivista, tem-se um fator importante para a alienação da população e o comando da nação por determinados grupos que detêm o poder.

A atual realidade representa um enorme desafio para se alcançar o desenvolvimento sustentável, e felizmente existem iniciativas que desenvolvem seu trabalho e seu modo de vida com este ideal. Estas iniciativas estão se fortalecendo e se ramificando pelo mundo, ainda que muitas delas não estejam interligadas e fortalecidas, podendo correr o risco de desaparecerem. Elas representam uma resistência ao modelo dominante de desenvolvimento e uma alternativa para o desenvolvimento sustentável.

## REFERÊNCIAS

- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- COSTA, E. Corte de árvores para obra em avenida tem início em Porto Alegre. In: **G1**. Porto Alegre: 29 maio 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/05/corte-de-arvores-para-obra-em-avenida-tem-inicio-em-porto-alegre.html>>. Acesso em 25 jul. 2013.
- DELGADO, G.C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 157-172, set./dez, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a13.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2013.
- DIEGUES, A. C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 1-46.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 9 ed. 1979.
- GIDDENS, A. **The constitution of society: na outline of the theory of structuration**. Cambridge: Polity Press, 1984.
- LOUD, R. **Last Child in the Woods: Saving Our Children From Nature-Deficit Disorder**. Algonquin Books of Chapel Hill, 2005.
- OLIVEIRA, T.S. Educação ambiental: desafios da contemporaneidade. In: SCHOLZE, L. (Org.). **Educação Ambiental**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação/Prefeitura Municipal de Porto Alegre. 2002. p. 23-28.
- PAIM, .E.S.; ORTIZ, L.S. (Org.). **Hidrelétricas na Bacia do rio Uruguai: guia para ONGs e movimentos sociais**. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2006.
- SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANCHOTENE, J. Nossa luta por um parque no Gasômetro. In: WEISSHEIMER, M. **RS Urgente:** política, economia, cultura & outras amenidades. Porto Alegre: 15 maio 2013. Disponível em: <<http://rsurgente.opsblog.org/2013/05/15/nossa-luta-por-um-parque-no-gasometro>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

SCHULTZ, G. **As cadeias produtivas dos alimentos orgânicos comercializados na feira da agricultura ecológica em Porto Alegre/RS:** lógica de produção e/ou de distribuição. Lajeado: Ed. da Univates, 2009. 256 p.

Recebido em 5/4/2013. Aceito em 5/5/2013.

**Contato:**

Moisés da Luz. Enquadramento institucional: Biólogo, mestre em Desenvolvimento Rural. Consultor ambiental. Professor de ensino Fundamental e Médio na rede estadual de Santa Catarina.

Endereço: rua Maria Helena Kretzer, 636, bairro Praia Comprida, São José, SC. Fone: (48)9178-6922. E-mail: moisesdaluz@yahoo.com.br